

**BIOPODER E RACISMO NA GUERRA DO CONTESTADO: A
PERICULOSIDADE SOCIAL IMPUTADA ÀS POPULAÇÕES CABOCLAS¹
BIOPOWER AND RACISM IN GUERRA DO CONTESTADO: THE SOCIAL
PERICULOSITY ATTRIBUTED TO CABOCLAS POPULATIONS**

Luana do Rocio Taborda²

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, nas terras do planalto meridional do Sul do Brasil, entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto produto do biopoder e do racismo, em cujo conflito as populações caboclas foram associadas à periculosidade social, considerando o papel da raça, racismo e inferioridade socialmente imputadas. Embora este legado histórico reverbere de diferentes formas em tempos atuais, saliento como a população cabocla das terras Contestadas tem traçado estratégias de resistência visando reconhecimento de sua existência e de suas tradições culturais e religiosas. A metodologia agrega fontes bibliográficas e fotográficas, além de considerar o contexto histórico, cultural e econômico, procurando analisar o fenômeno da Guerra do Contestado com as lentes analíticas do biopoder, racismo e periculosidade social. Demonstra-se como as fotografias do conflito foram mobilizadas enquanto dispositivos de poder, e como o conceito de contra-memória, tal como formulado por Michel Foucault, permite compreender como a memória sempre está em disputa dada a pluralidade de poderes, forças e práticas socialmente existentes. Conclui-se que no caso dos povos que habitavam o Sul do Brasil no início do século XX, a construção da periculosidade social deu-se segundo um racismo estatal particularmente violento, evidenciando como na conjuntura histórica geradora do conflito do Contestado, o biopoder se exerceu através do racismo, onde o Estado e as instituições do poder perpetraram violências e chacinas sobre os corpos indóceis dos insurgentes.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; biopoder; periculosidade social; população cabocla.

¹ Este trabalho teve como agências de fomento o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) através de bolsas de estudo.

² Mestre em Sociologia Política e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com cotutela no Programa de doutoramento em Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: luanadorocio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1712-1963>

ABSTRACT

This article aims to analyze the Contestado War, which took place between the years 1912 and 1916, in the lands of the southern plateau of Southern Brazil, between the States of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, as a product of biopower and racism, in which conflict the caboclo populations were associated with social danger, considering the role of race, racism and socially imputed inferiority. Although this historical legacy reverberates in different ways in current times, I highlight how the cabocla population of the Contested lands has outlined resistance strategies, aimed at recognizing their existence and their cultural and religious traditions. The methodology brings together bibliographic and photographic sources, as well as considering the historical, cultural and economic context, seeking to analyze the phenomenon of the Contestado War through the analytical lenses of biopower, racism and social danger. It is demonstrated how photographs of the conflict were mobilized as devices of power, and how the concept of counter-memory, as formulated by Michel Foucault, allows us to understand how memory is always in dispute given the plurality of powers, forces and practices socially existing. It is concluded that in the case of the people who inhabited the South of Brazil at the beginning of the 20th century, the construction of social danger occurred according to a particularly violent state racism, showing how in the historical situation that generated the Contestado conflict, biopower was exercised through racism, where the State and institutions of power perpetrated violence and massacres on the indocile bodies of insurgents.

Key words: Contestado War; biopower; social periculosity; population “cabocla”.

Artigo recebido em: 28/08/2023

Artigo aprovado em: 24/10/2023

Artigo publicado em: 10/11/2023

A invenção das “Cidades Santas” não deixa de ser a criação de um projeto de sociedade diferente. Mesmo com a manutenção de costumes tradicionais rígidos, os redutos viveram formas diferentes de trabalho comunitário e de organização social, experiência que ainda não foi suficientemente avaliada. Não quero com isto idealizar a vida dentro dos redutos, que devia ser rígida e difícil, tomada por valores tradicionais muito fortes que subalternizavam as mulheres, por exemplo. Seria anacrônico glamourizar a vida dos sertanejos. Mas eles deram um passo à frente ao tentar criar algo efetivamente novo, e isto precisa ser mais estudado (MACHADO, Paulo Pinheiro)³.

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/07/esquecida-pela-historia-guerra-do-contestado-terminou-ha-100-anos>.

1 INTRODUÇÃO

Tem-se se tornado de comum conhecimento, embora disputas ideológicas, que o Brasil foi uma nação construída às custas da exploração e genocídio dos corpos não brancos. Nos estados do Sul do Brasil nos séculos XIX e XX foi executado um projeto estatal de branqueamento da população, com políticas de imigração de povos europeus para serem assentados na região. E as populações brasileiras negras, indígenas e caboclas que aqui viviam, foram desapossadas de suas terras, assassinadas, obrigadas a migrar para as cidades, ou a criar estratégias de permanência.

Este artigo tenciona a analisar a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, nas terras do planalto meridional do Sul do Brasil, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob a perspectiva dos estudos sobre o Biopoder e os processos de construção da periculosidade social.

Tratando-se de um dos conflitos mais sangrentos da história brasileira, onde estima-se terem perecido em torno de 10 (dez) mil pessoas, e suas implicações populacionais, sociais, econômicas e políticas ainda carecem de melhor elucidação científica. Existem duas principais vertentes de interpretação e explicação das causas da Guerra do Contestado: I) a de ser um conflito de cunho religioso promovido por fanáticos seguidores do Monge João Maria, contrários à República, que foram controlados pelas forças militares; ou II) a de uma população tradicional cabocla que se insurge ao ser expropriada de suas terras e de seus meios de subsistência, abandonados pelo Estado e pela Igreja, que formou um movimento camponês de resistência e sobrevivência, fortemente sustentado por crenças religiosas e lideranças que davam esperança a uma população amedrontada pela violência (GROSS, 2021).

Nas últimas décadas, o estado da arte das pesquisas sobre a Guerra do Contestado tem sido enriquecido com um importante contingente de pesquisas e pesquisadores de diferentes áreas e abordagens. A metodologia agrega fontes

bibliográficas e fotográficas, além de considerar o contexto histórico, cultural e econômico, procurando analisar o fenômeno da Guerra do Contestado com as lentes analíticas do biopoder, racismo e periculosidade social. A partir das categorias de Michel Foucault, aprofundadas por estudiosos contemporâneos, busca-se analisar todos os acontecimentos do conflito e as injustiças que ainda hoje ecoam nas terras Contestadas para com as populações caboclas remanescentes.

O artigo está dividido em três partes principais, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira parte intitulada “O conflito do Contestado e o contexto histórico do Sul do Brasil nas primeiras décadas do século XX” procuro sintetizar os principais elementos da guerra, descrevendo também questões populacionais específicas da região como a vinda dos imigrantes europeus, chegada de empresas estrangeiras, conflitos de terra e étnicos.

Na segunda parte, “Biopoder e Racismo de Estado na guerra do Contestado”, discuto as concepções de Biopoder e Racismo para Foucault, ao mesmo tempo em que procuro elencar como estas categorias estiveram presentes e influenciaram o conflito do Contestado e as questões populacionais da região nas primeiras décadas do século XX. Em uma subseção da parte dois, “Fotografias enquanto dispositivos de poder”, discuto como as fotografias da Guerra do Contestado foram utilizadas como dispositivo de poder e construção discursiva em favor dos vencedores.

Na terceira e última parte, “Periculosidade social, racismo e resistências: o legado da Guerra do Contestado hoje”, é discutido como historicamente a população cabocla foi associada à periculosidade social, o papel da raça, racismo e inferioridade, que em tempos atuais vê-se ainda reverberar. Por outro lado, saliento como a população cabocla das terras Contestadas tem traçado estratégias de resistência e de reconhecimento de sua existência e de suas tradições culturais e religiosas.

2 O CONFLITO DO CONTESTADO E O CONTEXTO HISTÓRICO DO SUL DO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

No Sul do Brasil no ano de 1912, deu-se início uma das mais sangrentas guerras civis brasileiras: a Guerra do Contestado. Trata-se de complexo movimento, sendo a questão da disputa de divisas entre os Estado do Paraná e Santa Catarina apenas um dos elementos motivadores:

São vários os contextos e vários os motivos desta guerra. O processo de branqueamento do sul do Brasil, de Santa Catarina e do interior do Paraná sobretudo nessa região do Contestado; tem a questão econômica e a entrada de capital estrangeiro; tem a disputa de território dessa terra rica em ervais e madeira entre Paraná e Santa Catarina; há uma questão religiosa porque envolve como resposta do Estado ao que acontece aqui um fanatismo religioso, um dito fanatismo religioso, que estaria na população cabocla. Então é religioso, é social, é econômico, é ambiental (FRAGA, Nilson, em Terra Cabocla, 2015).

Na região do planalto meridional, que cobre as terras do centro-oeste dos três Estados do Sul do Brasil, a população tradicional que ocupava os territórios na época era composta majoritariamente por pessoas não-brancas, brasileiras, resultantes da miscigenação das raças, caboclos e indígenas que viviam de forma tradicional e lutando contra a miséria e a fome, em territórios de matas de araucárias e ervais. Eram posseiros destas terras, vistos enquanto ignorantes, fanáticos religiosos, dado a profissão de uma religião não institucionalizada, muito influenciada pela figura dos Monges, principalmente dos Monges João Maria, que realizavam práticas de benzeduras, cura e aconselhamentos à população. Uma religiosidade guiada por lideranças não vinculadas a igreja Católica ou reguladas pelas elites locais. Com uma auto-organização em comunidades ou “cidades santas” baseada em messianismo,

saberes e códigos culturais próprios, e que preocupavam lideranças governamentais e oligarquias locais (MONTEIRO, 1974; TERRA CABOCLA, 2015)⁴.

O historiador Paulo Pinheiro Machado considera que embora este ‘fanatismo religioso’ daqueles considerados ‘sertanejos pobres e ignorantes’ seja frequentemente apontado enquanto o principal elemento influenciador dos caboclos insurgentes no conflito, tem-se que “paralelamente à crença na guerra santa, os rebelados haviam desenvolvido uma nítida consciência de sua marginalização social e política e de que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros” (apud BELTRÃO, 2016).

O acordo de concessão celebrado entre o governo brasileiro e a empresa multinacional *Brazil Railway Company* (1904 a 1920) e suas muitas empresas subsidiárias como a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, todas de propriedade da Companhia do Grupo Farquhar, foi um dos principais elementos causadores do conflito do Contestado. Na época, a empresa que ficou popularmente conhecida como *Lumber* chegou a possuir a maior serraria da América Latina. A concessão de enormes quantidades de terras para exploração pela Companhia, que possuía um regimento de segurança com trezentos jagunços contratados para a segurança e para a ‘limpeza’ das terras, mediante expulsão e assassinato dos caboclos posseiros. Tratou-se de uma milícia formada majoritariamente por caboclos da região, empregados pela empresa e comandados por capatazes norte-americanos (MACHADO apud TERRA CABOCLA, 2015). Em contrapartida à concessão do direito

⁴ Algo digno de nota são as similaridades entre a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. Ambas foram conflitos violentos, com grande força revolucionária, onde a população sertaneja foi massacrada. Como o Contestado ocorreu logo após Canudos, onde as forças dos exércitos foram humilhadas e derrotadas por anos, no Contestado a ordem foi de exterminar os revoltosos o mais rapidamente, para que não virasse ‘um novo Canudos’. Em ambos os casos, as populações tradicionais seguiam práticas religiosas não institucionalizadas, sendo identificados como fanáticos seguidores de Monges, ou Padres como o caso de Pe. Cícero (RODRIGUES, 2013). Assim “ao contrário de Canudos na Bahia a oligarquia regional acabou encampando o Canudos e transformando o sertanejo, a fome e Canudos num ícone do nordeste, enquanto que a nossa oligarquia local escondeu o Contestado, botou debaixo do tapete e quis vender a imagem de um Estado modernizado europeizado branco e isso não combinava com o Contestado” (MACHADO, apud TERRA CABOCLA, 2015).

de exploração da madeira, a empresa deveria construir a estrada de ferro e promover a colonização das terras ‘desocupadas’, consideradas sertão improdutivo e mal aproveitado (VALENTINI, RADIN, 2012). O intento também era de que a Companhia contribuísse na alocação de populações imigrantes principalmente da Europa em cidades e povoamentos próximos à rodovia, com “imigrantes poloneses, ucranianos [...] italianos, alemães e outros grupos de imigrantes ou seus descendentes” (VALENTINI, RADIN, 2012, p. 31).

A construção da ferrovia foi um símbolo da expansão capitalista na região, gerando exploração e disputas pela terra. A chegada da empresa foi paradigmática, simbolizando uma ruptura das práticas tradicionais do planalto, de trocas e trabalho coletivo, para relações baseadas em trocas monetárias, no interesse e exploração de madeira, pessoas e terras (MONTEIRO, 1974). Este projeto de modernização do país e da região através do capital estrangeiro, da comercialização da terra, e da vinda de imigrantes brancos à região é representativa de um pacto excludente e expressão de um racismo estatal e social para com a população tradicional de brasileiros caboclos.

No que tange à colonização, de um lado estavam, em geral, os intelectuais, as autoridades e a opinião pública, defendendo a necessidade de se efetivar a ocupação do “sertão vazio” e, por outro, as populações locais expropriadas de suas terras. Esse conflito era evidenciado de diferentes formas, mas cindia a população regional em dois segmentos: os grupos locais rotulados como ‘incivilizados, violentos, preguiçosos e atrasados’, em contraposição aos que chegavam ou poderiam chegar, vistos como ‘progressistas, ordeiros, construtores de um futuro promissor e propagadores da civilização’ (VALENTINI; RADIN, 2012, p. 42).

Na catastrófica Guerra do Contestado, estima-se que em torno de 10 a 30 mil pessoas tenham perecido⁵, entre homens, mulheres e crianças, nos combates e devido

⁵ Como não é possível saber-se com maior exatidão o quantitativo de mortes, os números baseiam-se em estimativas segundo diferentes fontes históricas. Nilson Fraga (2017), afirma serem em torno de 30 mil o número de mortos, enquanto a maioria das fontes estima entre 8 e 10 mil mortos (BELTRÃO, 2016).

à fome e às doenças que se alastraram pela região, no período (BELTRÃO, 2016). Um dos comandantes do exército brasileiro da época, capitão Matos Costa, em seus relatos militares ponderou que “a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança”, e ainda que o conflito se desfaria “com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito” (BELTRÃO, 2016). Após uma das batalhas, um outro comandante do exército declarou ter sido encontrado na bolsa de um dos cadáveres caboclos o seguinte bilhete “Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa” (MACHADO, 2007, p. 152).

Os preconceitos para com as populações sertanejas locais, que os estudos mais recentes convencionaram chamar de caboclos⁶ (TERRA CABOCLA, 2015), levaram a que estes fossem adjetivados como ‘pelados’ (por muitos rasparem a cabeça, ou andarem maltrapilhos), jagunços, fanáticos, incultos, bandidos, desordeiros, impatrióticos e facínoras. E por assim serem considerados, conformaram um ‘exército de fanáticos’, composto por indivíduos em estágio inferior da evolução social (RODRIGUES, 2008) que espalhavam o terrorismo por estas terras, justificou-se para lideranças e opinião pública a guerra e o genocídio desta população (VALENTINI, RADIN, 2012).

Machado contesta a visão de que o fanatismo religioso de sertanejos pobres e ignorantes foi o principal combustível da revolta. O pesquisador sustenta que, paralelamente à crença na guerra santa, os rebelados haviam desenvolvido uma nítida consciência de sua marginalização social e política e de que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros (BELTRÃO, 2016).

⁶“O caboclo do Contestado é o sujeito resultante da mistura étnica entre indígenas, homens brancos e negros que por diferentes motivos aportaram na região, no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, onde foram se fixando, criando suas famílias e construindo um modo de vida tão rico e diverso, que ora analisamos” (GROSS, 2021, p. 283).

Conforme já dito, apenas a poucas décadas no pós-redemocratização e com maior ímpeto após o Centenário da Guerra do Contestado, tiveram mais ênfase os estudos sobre a guerra e seus desdobramentos históricos. Durante o século XX, o conflito passou por um pacto de silêncio, ou seja, de esquecimento do genocídio praticado⁷. Isto se explica por alguns fatores, o primeiro sendo o fato de que oligarquias e lideranças catarinenses e nacionais não tinham interesse em tornar o conflito do Contestado algo memorável, ao contrário do que ocorreu em outras insurgências camponesas como a Guerra de Canudos. Soma-se a isto o fato de que havia um esforço de construir um discurso do Sul do Brasil enquanto região de colonização branca, modernizada, europeia, não conflituosa, que a carnificina do conflito do Contestado inviabilizava (TERRA CABOCLA, 2015). Há assim um pacto de ocultação das reais violências e da situação limite de genocídio da população cabocla, por parte de intelectuais, lideranças e pela memória nacional. A guerra do Contestado nos relatos históricos e nos livros didáticos é frequentemente descrita enquanto uma guerra de fronteiras pela divisa dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Até mesmo em dias atuais ocorrem disputas de narrativas quanto aos reais acontecimentos e ao legado da Guerra do Contestado.

Um segundo fator seria o trauma da guerra e a extrema violência do Conflito dado que “há determinadas experiências de guerra que as pessoas preferem não falar [...] há vários estudos hoje de história oral e de memória de guerras onde a população remanescente desses conflitos toma a decisão de esquecer e faz isso saudavelmente muitas vezes” (MACHADO, *apud* TERRA CABOCLA, 2015). Para os caboclos sobreviventes, a memória do conflito se tornou um tabu, uma vergonha, e o silêncio se

⁷ Pactos semelhantes são comuns na historiografia. No século XX isto foi lugar comum nos pós-ditaduras em muitos países por exemplo, onde pactos de silêncio e de esquecimento foram feitos para não responsabilizarem assassinos, lideranças e mentores dos regimes, dando-lhes anistia. Um exemplo é o caso Espanhol, onde o franquismo não teve sua memória de violência devidamente processada, como o documentário “O Silêncio dos Outros”, de 2018, bem explicita. Disponível em : <https://www.imdb.com/title/tt8099236/>. Ver também Mora Gaspar, 2019.

tornou estratégia de sobrevivência, tanto psicológica como de perseguições). No século XX isto soma-se aos elementos que contribuíram para a invisibilização do povo e da cultura cabocla no Sul do Brasil.

3 BIOPODER E RACISMO DE ESTADO NA GUERRA DO CONTESTADO

O conceito de Biopoder, tal como desenvolvido por Michel Foucault é dotado de extraordinária perspicácia, permitindo compreender como o poder mobilizou uma estatização do biológico, e a tomada de poder sobre o homem (indivíduo) como ser vivo (FOUCAULT, 2005, p.286). Foucault demonstra como houve no século XIX uma virada no direito político e nas tecnologias de controle e ação estatais:

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer (FOUCAULT, 2005, p. 287).

No âmbito da Guerra do Contestado, pode-se argumentar que o conflito demarca este momento de transição do poder soberano, dado que a guerra fez morrer os caboclos, tentou eliminá-los, porque não se submeteram às forças governamentais e do capital (*Lumber*). E por outro lado deixou viver aqueles caboclos que se submeteram, passando a trabalhar para a empresa, como mão de obra no corte e transporte de madeira, ou como capangas encarregados de “limpar” as matas e todos que nela encontrarem e que se recusarem a saírem.

Ainda, em se considerando mais amplamente o contexto das transformações populacionais de Santa Catarina e da região Sul do Brasil durante o século XX, é possível analisar que as políticas de acolhimento da população de imigrantes europeus

neste território configuram um fazer viver, dado ser esta população a 'escolhida', por critérios de racismo estatal. Desta forma população cabocla e negra, foi relegada a uma condição de deixar morrer através da pobreza extrema e da falta de condições mínimas de vida (saúde, educação, segurança).

Esta passagem do velho direito de soberania para um novo, denominado por Foucault enquanto um Biopoder, é possibilitado por técnicas de racionalização, por "um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho" (FOUCAULT, 2005, p. 288). É esta tecnologia disciplinar do trabalho que os caboclos insurgentes do Contestado não aceitam, esta mudança paradigmática do modo de vida que lhes nega seus meios de subsistência, devendo estes migrarem para centros urbanos ou trabalharem para empresas de capital estrangeiro que precisam de mão de obra. Em suma, naquele período histórico foi-lhes imposto aceitar e adaptarem-se ao modo de vida capitalista, serem empregados e não posseiros das terras que habitavam a gerações.

O sociólogo Duglas Teixeira Monteiro, na seminal obra "Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado" de 1974, defende que empresas como a Companhia *Southern Brazil Lumber and Colonization*, simbolizam o momento de entrada do capital estrangeiro no Sul do Brasil, gerando na população tradicional cabocla um sentimento de desencantamento do mundo tradicional, onde as relações sociais passam a vigorar segundo trocas monetárias, com exploração da terra para lucro e não apenas subsistência.

Sendo o Biopoder indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, "que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de populações aos processos econômicos" (FOUCAULT, 1988, p. 132), compreendemos por que a não complacência dos povos das terras contestadas resultou em uma guerra de extermínio dos corpos insurgentes.

A biopolítica enquanto nova tecnologia de poder, visa o controle não do corpo-indivíduo, mas da espécie humana, do homem espécie, uma tomada de poder massificante como coloca Michel Foucault (2005). O biopoder foca-se em controlar nascimentos e óbitos, fecundidade, natalidade, morbidade, incapacidades biológicas, mortalidade, impactos do meio e longevidade, na procura por “fazer viver” (FOUCAULT, 1988, p. 290). No contexto do conflito do Contestado, houve um controle e vigilância dos caboclos e de seus modos de vida, sendo a morte o mais extremo dispositivo de poder utilizado, onde os conflitos armados resultaram no assassinato de milhares.

Já no caso dos imigrantes europeus, seus vilarejos foram preservados, e sua vinda ao Brasil não apenas facilitada, mas incentivada, por intermédio de políticas públicas e ações de órgãos governamentais e empresariais, dos poderes locais. A estes, tanto o Estado quanto a Igreja Católica tinham interesse em fazer viver, controlando taxas de natalidade e longevidade, com ações visando a que estes povos imigrantes prosperassem na expansão reprodutiva e territorial.

E isto foi feito através de dois elementos: o disciplinar e o regulamentador, que se aplica tanto ao corpo como a população e que se manifestam conjuntamente através da norma. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1988, p. 302). A sociedade de normalização seria onde se cruzam e articulam a norma da disciplina e a norma da regulamentação. São assim duas tecnologias que através de um jogo duplo, incumbiram-se da vida, do corpo e da população.

Um exemplo da aplicação destas tecnologias no caso dos imigrantes europeus nos ajuda a analisar a aplicação destas normas: a Campanha de Nacionalização, durante o governo autoritário de Getúlio Vargas. Trata-se do Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, conhecido como Decreto de Nacionalização, que determinou “regras acerca das práticas culturais, educacionais e linguísticas dos imigrantes em solo brasileiro, com a justificativa de primar pelo fortalecimento da identidade nacional”

(STURZA; FIEPKE, 2017, p.123). A justificativa baseava-se na necessidade vista pelo Estado em integrar os imigrantes à cultura brasileira. A principal estratégia adotada passou pela língua: proibir que as escolas ensinassem em outras línguas, exigir que os professores deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados, e a partir de 1939, proibir que línguas estrangeiras fossem faladas em público, mesmo em celebrações religiosas, além da proibição de manifestações culturais e do fechamento de associações étnico-culturais fundadas por imigrantes. Em 1942, com a Segunda Guerra Mundial e a entrada do Brasil nesta, as normas repressivas se tornaram mais violentas: “pessoas que não falassem português eram presas e parte da memória dos imigrantes foi destruída (jornais, revistas, livros, documentos, etc)” (MOMBACH, 2012, p.32).

Assim, regulamentação e disciplina de corpos e povos, foram tecnologias utilizadas para vigiar e controlar as populações imigrantes, visando que estas se assimilassem à cultura brasileira. A escala da violência empregada também teve variações, com emprego de censura, repressão e perseguições, mas não chegando a um nível de assassinato, dado, como já colocamos anteriormente, ser esta a população escolhida para “fazer viver”, objetivando o governo autoritário uma integração forçada, para assegurar uma unidade nacional e prevenir revoltas separatistas como as que marcaram a história brasileira. Uma população integrada possibilita maior controle e vigilância, com corpos dóceis que seguem as normas de disciplina e regulamentação.

Sendo o Biopoder uma tecnologia que possui o objetivo de fazer viver, Foucault explicita uma aparente contradição: “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” E ainda: “Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (FOUCAULT, 1988, p. 302). A resposta estaria no Racismo, ou Racismo de Estado. O autor explica que embora o racismo exista a muito tempo, a emergência do biopoder inseriu o racismo nos mecanismos do Estado de uma forma inédita, de forma que “o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos

Estados modernos” (FOUCAULT, 1988, p.302), tão fundamental que todo o funcionamento do Estado é perpassado pelo racismo. O racismo seria assim, na interpretação de Michel Foucault, um meio de inserir um corte no domínio da vida a que o poder se incumbiu: entre aquele (s) que deve (m) viver, e entre aquele (s) que deve (m) morrer. A distinção da humanidade em raças possibilitou a hierarquização de uma enquanto ‘boa’ e outras como inferiores, sendo esta “a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 1988, p.302). O autor acrescenta ainda que a segunda função do racismo, seria a de legítima defesa: de que para que uns vivam plenamente, outros precisam morrer. Assim o racismo estabelece entre “a minha vida e a morte do outro” uma relação do tipo biológico:

[...] quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1988, p. 305).

Assim, no caso da população cabocla residente no Sul do Brasil no período da Guerra do Contestado, pode-se perceber o biopoder e seu racismo de Estado em ação: a população insurgente é vista como perigo biológico, como um bando de fanáticos acometidos por uma loucura epidêmica (RODRIGUES, 2000), sobre a qual vai se exercer o direito de matar. Na sociedade de normalização, o racismo tem importância vital para o biopoder, dado que a “função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 1988, p. 306).

Também é relevante o fato apontado por Foucault de que o racismo de Estado encontra muitas formas de matar, para além do assassinato direto: “o fato de expor à

morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1988, p. 306). Aos caboclos, isto se resumiu a expô-los à morte ou situações de insegurança, permitindo que bandos e exércitos de jagunços armados, respondendo às empresas ou aos coronéis da região, aterrorizassem as populações posseiras. O Estado brasileiro⁸, ao celebrar acordos com empresas internacionais como a *Lumber Colonization Company*, assegurou tanto a desapropriação das populações residentes, pela sua expulsão ou assassinato, além da vinda de imigrantes para ocuparem seu lugar. No mesmo sentido, a falta de políticas públicas de saúde, educação e segurança nesta região, na época do conflito, mas também ao longo do século XX, possibilitou que estas populações padecessem com epidemias de doenças, com a ignorância pelo não acesso à educação e ainda pelas perseguições. Considerando que os Estados mais assassinos são também os mais racistas (FOUCAULT, 2005), podemos citar ainda a propagação de um discurso político-ideológico racista quanto a inferioridade social, religiosa e cultural dos caboclos, que tornou aceitável o genocídio de uma população que não se permitiu disciplinar.

Portanto, para o filósofo francês, as guerras empreendidas a partir do século XIX visaram tanto destruir o adversário político, a raça adversa, e o perigo biológico que esta representava, quanto “fortalecer a própria raça eliminando a raça adversa (conforme os temas da seleção e da luta pela vida), mas igualmente de regenerar a própria raça” (FOUCAULT, 1988, p. 308). Por fim, o filósofo complementa:

⁸ Bazzanella (2022, p. 280) realiza uma excelente síntese sobre a violência do racismo estatal brasileiro: “O Estado brasileiro é a expressão da colonização. Nesse exuberante e generoso território além-mar, os interesses extrativistas da metrópole portuguesa estabeleceram-se em toda a sua intensidade. Aqui a violência do racismo de Estado se exerceu e se exerce sobre a população originariamente indígena, posteriormente sobre os africanos acorrentados ao longo de mais de três séculos de escravidão e, na atualidade, sobre os seus descendentes, que conformam maioria no tecido social brasileiro. Ou seja, para além dos fundamentos do poder soberano que caracteriza a razão de Estado moderno, o Estado brasileiro é controlado historicamente por interesses patrimonialistas e clientelistas de circunscrição local, regional e nacional”.

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado *a técnica do poder, a tecnologia do poder*. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num *mecanismo que permite ao biopoder exercer-se* (FOUCAULT, 1988, p.309, itálico nosso).

Este mecanismo é, portanto, a forma com que o biopoder se exerce. Esta sessão visou analisar como o biopoder enquanto tecnologia operou na Guerra do Contestado e na região Sul ao longo do século XX. Assim, o biopoder se exerceu por mecanismos tanto de assassinio direto, quanto permitindo que as populações caboclas parecessem de muitas formas, ou ainda mediante o silenciamento histórico da memória sobre as reais razões e o catastrófico desfecho do conflito. As tecnologias de poder e o projeto de aniquilação e subalternização das populações caboclas foram tão efetivas, que mais de um século depois ainda ecoam na região e entre os descendentes (TERRA CABOCLA, 2015). Porém, como será discutido na última sessão, isto não ocorreu sem resistências.

3.1 FOTOGRAFIAS ENQUANTO DISPOSITIVOS DE PODER

As fotografias têm sido um dos principais artefatos para publicização dos horrores das guerras. Assim, tem-se que as fotografias muitas vezes encobrem relações de poder, ou ainda, procuram as denunciar. Diante destas, enquanto documentos históricos, pode-se refletir sobre como, além de trazerem reflexões sobre reações humanas diante da visão do sofrimento, da dor, dos outros (SONTAG, 2003).

As ciências sociais contemporâneas têm se atentado nas últimas décadas à importância da análise das imagens, e da construção social e dinâmicas de poder relacionadas a estas. Passaram de ilustrações a documentos históricos, que não devem ser acatados, mas sim interrogados. Esta é a pesquisa desenvolvida pela antropóloga e historiadora Lilia Schwartz, que afirma não serem as imagens meros produtos

históricos, mas também elas produtoras de seu contexto e legado histórico (SCHWARTZ, 2020). “Representações visuais têm a capacidade de copiar a realidade mas também de produzi-la. Dito de outra maneira, elas não funcionam somente como espelho do cotidiano que afirmam presenciar” (SCHWARCZ, 2018, p.42 e 43).

Seguindo a abordagem foucaultiana, as imagens podem ser analisadas enquanto dispositivos de poder e de vigilância. O dispositivo fotográfico tem uma função disciplinar, e liga-se a uma tecnologia de poder específica, “que combina as técnicas da hierarquia que vigia e da sanção que normaliza” (CASADEI, 2015, p.65). A fotografia enquanto estratégia de poder, vinculada a um campo de saber, exercem “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1987, p. 153). Estando o corpo imerso em um campo político, onde as relações de poder o alcançam, marcam, dirigem, supliciam, sujeitam-no, obrigam-no, exigem-lhe (FOUCAULT, 1987, p.28), a fotografia enquanto dispositivo de vigilância permite a subjugação e controle de corpos, indivíduos e populações, principalmente daquelas socialmente vulneráveis. Assim, pode-se considerar que a fotografia funciona enquanto tecnologia de poder, permitindo a catalogação e mensuração do mundo, e a partir disto a construção de narrativas, discursos e registros históricos.

As poucas imagens da Guerra do Contestado existentes são aquelas feitas por fotógrafos do exército, ou pelo fotógrafo Claro Gustavo Jansson, morador de Três Barras, de origem sueca, que tinha o posto de primeiro tenente da Guarda Nacional e também trabalhou para a *Companhia Southern Brazil Lumber and Colonization*, por quem foi contratado para fazer fotos dos empreendimentos da empresa.

Uma das fotografias que tornaram-se mais icônicas da Guerra do Contestado é a do momento de rendição de uma família de caboclos, de autoria de Claro Gustavo Jansson. Segundo Witte e Marques (2017), as fotografias de Jansson foram utilizadas como propaganda de guerra pelo Exército Brasileiro, publicadas em revistas e jornais da época. Após o conflito, as imagens foram utilizadas em obras e mesmo livros didáticos para ilustrar acontecimentos e personagens da guerra. Uma crítica imputada

ao fotógrafo Jansson é a de que “registrou várias outras imagens, sempre com a intenção de apresentar os revoltosos rendidos ao poder do exército” (WITTE; MARQUES, 2017, p.49).

À esta fotografia dos caboclos, apresentada abaixo (Figura 1), foram imputadas diferentes interpretações ao longo do último século. A mais comum e disseminada foi a de ser o registro de uma família que se redeu ao exército, estando em situação de fome e penúria, sendo então alimentada pelos militares em um ato cristão e humano. Enquanto propaganda de guerra, esta imagem atestava como o exército brasileiro estava atuando de forma civilizada no conflito. “Pés descalços, roupas maltrapilhas, com a pele queimada do sol, empoeirados, sugerem, pela imagem, que há dias perambulavam pelas matas em busca de um lugar com segurança e alimentação” (TONON; LIMA, 2015, p. 203).

Figura 1 – Rendição de família cabocla, Canoinhas, janeiro de 1915



Fonte: D’Ponta (2021)

Witte e Marques (2017) datam a fotografia de janeiro de 1915, na cidade de Canoinhas. Na primeira vez que a fotografia foi publicada, em fevereiro de 1915, na revista de variedades do Rio de Janeiro “Fon-Fon!”, a legenda dizia “Grupo de fanáticos churrasqueando depois da missa campal”. Em uma interpretação mais positiva da imagem, os autores descrevem a fotografia como um retrato de um churrasco de domingo, após a missa. A carne assada de forma improvisada no fogo de chão, e como tal também ingerida, com a família sentada ao chão, no gramado, não sendo o fato de comerem no chão uma humilhação, mas sim um costume. A família em parte olha interessada para a carne, em parte para o fotógrafo, “mostraram-se orgulhosos, divertindo-se e conscientes da honra que recebiam ao terem seu retrato realizado naquele momento” (p.51). Nesta interpretação, todos olham curiosos, e os caboclos não estão no lugar de fanáticos inimigos e humilhados, mas integram a paisagem, “um momento de alegria em família em meio a uma violenta revolta armada” (p.51).

Há uma terceira interpretação possível, muito bárbara, mas infelizmente com documentos históricos que comprovam a veracidade da prática de degola dos prisioneiros de guerra. A própria história oral popular da região de Canoinhas, planalto norte catarinense, conta episódios em que famílias inteiras de caboclos do Contestado, ao serem aprisionadas, eram primeiro alimentadas para depois serem mortas, dada a crença de ser pecado matar de barriga vazia. Esta prática teria correspondência com tradição herdada da Guerra dos Farrapos e da revolução federalista, onde os prisioneiros eram mortos com a ‘gravata vermelha’, após serem alimentados (LIMA; TONON, 2013, p.14). Na região de Canoinhas, jornais da época falavam de centenas de degolamentos e assassinatos, feitos por soldados e capangas de coronéis da região, mesmo em casos de caboclos que se rendiam pacificamente (WITTE; MARQUES, 2017). Estes capangas de coronéis, ou de empresas como a Lumber, eram em maior parte também caboclos, que se aliaram às elites, acreditando deste lado da disputa obterem maior retorno financeiro e segurança existencial. “Foi

um povo que combateu a si mesmo, todos ligados pela pobreza, pelo preconceito e descaso a que estavam submetidos os moradores do sertão meridional brasileiro no início do século XX” (WITTE; MARQUES, 2017, p.53).

A estas, me permito acrescentar a interpretação própria, que me vem à mente sempre que me deparo com esta imagem: os sertanejos no chão, seus algozes em pé, ao fundo, como quem se vangloria do feito, como quem esbanja daqueles prostrados, vencidos, esfomeados. Encaram a câmera, seguros de si, desafiadores, fazem pose, mãos na cintura, nos bolsos, segurando o cigarro. Sorriem diante da desgraça que não é a sua, vitoriosos. Ou então, o sorriso é pelo olhar curioso diante da tecnologia fotográfica, mas o fato é que conseguem sorrir. A mulher de branco ao fundo, não consegue olhar para a câmera, nem sorri. Parece envergonhada, séria, não há motivos para sorrir com tudo que acontece naquela terra, mesmo num domingo de churrascada. Chamam a atenção os corpos, a cor, os rostos assustados, a postura. São várias as fotos da Guerra do Contestado em que os revoltosos são fotografados sentados, prostrados, diante de seus algozes em pé, vitoriosos, empunhando armas. O cenário da foto é criado, arrumado, enquadrado, para deixar claro quem são os vencedores e os vencidos, os salvadores e os bárbaros. Os republicanos e os monarquistas ignorantes, os homens de bem e os bandidos.

Os caboclos são retratados enquanto corpos dóceis, submetidos. A análise de fotografias da Guerra do Contestado permite assim compreender como estas foram utilizadas como dispositivos de poder e controle, na construção de uma narrativa sobre a guerra, dos vencedores e vencidos. Retratando aqueles descritos como fanáticos nos momentos em que são capturados e submetidos, eternizam a memória de como as instituições estatais e oligárquicas triunfaram sobre os corpos insurgentes. Além de registros históricos, servem a função de controle normalizante ao perpetuarem narrativas e mecanismos violentos. Mesmo hoje, estas fotografias da Guerra do Contestado exercem a função de controle normalizante e de vigilância, ao

atestar o que acontece com corpos que se insurgem contra poderes estabelecidos, e portanto, desincentivando resistências.

4 PERICULOSIDADE SOCIAL, RACISMO E RESISTÊNCIAS: O LEGADO DA GUERRA DO CONTESTADO HOJE

A Guerra do Contestado é hoje considerada uma das maiores guerras civis do continente americano. Mesmo tendo se passado mais de um século do conflito, a região do Contestado ainda sofre com o desinteresse público e político, onde os municípios desta região possuem um dos piores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, sendo um bolsão de miséria, com “políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas” (FRAGA, LUDKA, p.02)⁹. Coincidentemente ou não, são também as regiões com percentuais de população não branca mais elevados. O processo de invisibilização da população cabocla ainda hoje está em curso, onde “mudam-se os agentes e as estratégias, mas os atingidos são os mesmos” (GROSS, 2021, p.272). Já Bazzanella, Marchesan e Tomporoski (2020, p.123) analisam ter ocorrido uma “estratégia autoritária de promoção do silêncio em torno do conflito”, que contribuiu com o processo de histórico de marginalização das populações caboclas.

Assim, dá-se um contexto em que esta invisibilização coexiste com a imputação da condição de periculosidade social a estes agrupamentos. Segundo Fernanda Barros-Brisset (2011), o conceito de periculosidade é híbrido, sendo produto da junção da psiquiatria e do direito, tendo se aclimatado no tecido social com surpreendente normalidade, configurando uma “engenhoca conceitual” a “serviço de uma ficção”

⁹ Em outra perspectiva, Bazzanella, Marchesan; Tomporoski (2020, p.114) descrevem que no vale do Contestado “há municípios com IDH relativamente bons, enquanto que outros possuem baixos índices. Assim, nem tudo o que é denominado de vale ou território do Contestado é considerado marginalizado e de baixos índices sociais.”

que “mesmo por ser ficção não deixa de ter efeitos mortíferos ao incidir no real dos corpos e das práticas institucionais, na maioria das vezes, calando e mortificando a resposta do sujeito em sua singularidade inequívoca e impossível de prever” (BARROS-BRISSET, 2011, p.49). A periculosidade deve ser assim gerida e atenuada pelas instituições do Biopoder: órgãos governamentais burocráticos de controle, psiquiátricos, prisões, tribunais, militares, etc.

A condição de periculosidade social, a determinação de determinados grupos sociais enquanto perigosos, enquanto anormais, enquanto fonte de criminalidade, violência e loucura, enquanto aqueles corpos que precisam ser medicados e contidos, é assim algo construído pelas tecnologias de vigilância e controle do Biopoder. Dentre os principais grupos alocados nesta posição de periculosidade social, podemos citar as populações não brancas (RODRIGUES, 2008), as classes populares e vulneráveis (ZAFFARONI, 2005), os homossexuais (MORA GASPAR, 2019), os migrantes (GONZALEZ, 2017; WANDERBROOCK JUNIOR, BOARINI, 2008); os militantes políticos, onde ideologia e identificação política são alocadas enquanto enfermidade psiquiátrica, principalmente no caso daqueles alinhados a ideais de esquerda e progressistas (VOMERO, 2021). Acrescenta-se ainda os “anormais”, os corpos desviantes, que reproduzem comportamentos divergentes de padrões socialmente estabelecidos (ENGEL, 1999; FOUCAULT, 2007b). Estes corpos, vistos enquanto representando perigo para outros, enquanto loucos ou idiotas (BARROS-BRISSET, 2011) precisam ser medicados e controlados (MITJAVILA, 2015), presos (FOUCAULT, 1987), ou internados em instituições psiquiátricas (FOUCAULT, 2007a).

Na Guerra do Contestado, a condição de periculosidade social foi imputada aos caboclos, devido às ideologias da época que associavam a mestiçagem com a degeneração e criminalidade (RODRIGUES, 2008). “Diante da ‘mistura da raça’ como ameaça ao futuro da nação a eclosão do conflito no Contestado trouxe o caboclo como alvo daquele sistema” (JACOBSEN, 2019, p.91). A periculosidade social alia-se ao

racismo para prescrever uma condição de inferioridade racial, que perpetua condições de pobreza e carências enfrentadas por estas populações. Esta condição permite:

[...] ao poder subdividir uma população em subespécies, para designá-las em termos de um substrato biológico e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura (RABINOW; ROSE, 2006, p.34).

Para os caboclos do contestado no período da guerra, sua incivilidade, rebeldia e resistência foram tidos como comprovativos de sua bestialidade e anormalidade. Naquela época, como hoje, o medo e o risco são mobilizados para persuadir a opinião pública a assentir com atrocidades. O espectro do terrorismo é mobilizado enquanto justificativa de que os caboclos do Contestado estavam aterrorizando as populações e propriedades (RODRIGUES, 2013). Assim “embora o governo republicano tenha considerado o caboclo como ser perturbador da ordem, o fator da ‘raça’ não deixou de ser um dos aspectos mais importantes para o massacre final” (JACOBSEN, 2019, p.92). O caboclo perturbador da ordem era considerado enquanto fadado a delinquir, de forma que a atribuição de um estereótipo racial leva a justificação das medidas para deixá-lo ou fazê-lo morrer.

Embora atualmente todas as ideologias racistas tenham sido desmentidas, científica, social, cultural, política e economicamente, o estereótipo racial de associação das populações não brancas a uma condição de periculosidade social e criminalidade se mantém. A segurança pública é uma das mais sérias mazelas a assolar o país, onde “a polícia militar e/ou o exército brasileiro, podem promover o genocídio de negros e pobres porque o Estado conseguiu traçá-los como inimigos biológicos à segurança dos outros” e ainda “conseguiu personificá-los como inimigos, pois os retratam como o que há de mais violento e prejudicial à vida. Assim, a morte destes traçados como inimigos trazem uma sensação de segurança aos olhos da massa” (SANTOS, 2020, p.18).

O Neoliberalismo enquanto forma de governo criou estratégias biopolíticas de atribuição e gestão da periculosidade social (O'MALLEY, 2009). Uma delas é a responsabilização do indivíduo, tanto pela criminalidade, quanto por sua segurança, onde a sociedade é desresponsabilizada (MITJAVILA; MATHES, 2016). A política neoliberal modela o risco, de forma que a gestão do risco se torna técnica utilizada para todos os tipos de problemas (O'MALLEY, 2009). Indivíduos que cometem crimes são vistos enquanto atores providos de escolha racional, e que, portanto, precisam ser responsabilizados, ao invés de serem ao mesmo tempo vítimas de um contexto de desigualdades sociais patológico (O'MALLEY, 2009). Tem-se assim um contexto em que na “gestão biopolítica do social, pareceria que há vidas que não merecem ser vividas porque estariam condenadas à segregação social perpétua em nome da defesa da sociedade” (MITJAVILA; MATHES, 2016, p. 854). Neste cenário, às populações racializadas e criminalizadas resta gritar: eles combinaram de nos matar, mas “A gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2015).

As disputas de narrativas sobre o conflito do Contestado e seu legado ainda persistem, como bem exemplifica o fato de, em 2019, a região em Santa Catarina conhecida como ‘Vale do Contestado’, ter sido renomeada como ‘Vale dos Imigrantes’ (JUNG et.al., 2021). O conceito de contra-memória, tal como formulado por Michel Foucault (1977), permite compreender como a memória sempre está em disputa, dada a pluralidade de poderes, forças e prática socialmente existentes. Ao realizarem uma contra-memória, os caboclos descendentes dos sobreviventes do Contestado que foram silenciados e marginalizados podem transformar as representações existentes sobre o passado, onde sua narrativa passa de um discurso inexistente e subalternizado, para o dominante.

Apesar da massiva tentativa de extermínio, os caboclos resistiram, juntamente ao seu modo de vida, cultura, vivências coletivas em prol do bem comum e religiosidade, seus saberes tradicionais passados pela história oral de geração em geração. Nas comunidades caboclas, as tradições expressam a resistência nos

territórios, onde “as imaterialidades do território, a religiosidade, as festas, a alimentação e práticas como a coleta do pinhão, das ervas santas e o culto ao Monge, ainda são ritos cheios de significados e que fortalecem esse grupo” (GROSS, 2021, p.288). Estas populações têm se empenhado em valorizar, preservar e redescobrir sua história, os locais sagrados (locais de batalhas, de cemitérios, de pregação, pocinhos de João Maria). Há assim um movimento de fortalecimento dos laços entre os sujeitos, enquanto forma de resistir aos poderes locais, que ainda “tendem a valorizar agentes externos, como feito na época da guerra, e negar as histórias e os fatos/sujeitos locais, o processo de invisibilização nessa região ainda persiste, porém com resistências” (GROSS, 2021, p. 288).

Há mais de um século, caboclos e caboclas carregam um grito por justiça social, por reconhecimento e pela defesa da própria memória que, nos últimos anos, se faz ouvir. Colocam em marcha um processo de transformação da história como legítimos participantes dela. Revisitam e ressignificam a história, articulando os saberes científicos e acadêmicos com as experiências e memórias presentes no território do Contestado. Fazem uma releitura do passado que não se limita à compreensão abstrata e conceitual, mas que se deixa envolver na poeira e na lama das antigas trilhas caboclas, por debaixo das velhas araucárias, e reconstroem a narrativa da história abrindo novos horizontes no cotidiano de vida. Caboclas e caboclos do Contestado reavivam memórias, estabelecem redes de relações e parcerias, superam preconceitos e medos e, com a mesma coragem e bravura de outrora, começam um novo tempo no Contestado, cuja marca principal é o orgulho que carregam no peito e a alegria de, novamente, reunirem-se, reencontrarem-se, reconhecerem-se e serem reconhecidos como população herdeira e portadora de uma história valorosa (CASARA, 2021, p.205).

O autorreconhecimento por sua identidade cabocla é uma das estratégias de resistência, contra poderes que historicamente negam seu direito a existência digna. Permite a compreensão de que o caboclo possui uma cultura própria e diferenciada, fruto de sua miscigenação e de práticas culturais originárias dos negros, índios e brancos. Hábitos baseados tanto em relações solidárias como conflituosas, em práticas

laborais de pixirum, da roça cabocla e a criação comunal de animais (TOMPOROSKI, 2016).

Seus costumes foram profundamente estigmatizados, por estas populações não terem a acumulação de capital e patrimônio como principal objetivos de vida. Ao privilegiarem trabalhar para viver, dedicando tempo às práticas coletivas e religiosas, às práticas de cuidado e saúde tradicionais (ervas e remédios naturais, benzeduras e orações), foram rotulados enquanto preguiçosos, vadios e ignorantes. Desta forma, nunca foi e continua não sendo tolerado este modo de vida caboclo, que difere “desse modelo capitalista e individualista, onde os valores familiares são importantes, onde a religiosidade é uma coisa importante, onde a hierarquia das lideranças é uma coisa importante” (WALTER *apud* TERRA CABOCLA, 2015).

Eu tenho orgulho da herança cabocla porque é um povo assim humilde eles não têm aquela ganância, porque eu tenho isso e tenho que ter aquilo e eu tenho que ter aquele outro e eu vou ter que acumular bens materiais, eles não são materialista sabe, eles são reais humildes sabe eles estando comendo, com a barriga cheia e vestido, ta OK. Aonde agente se encontra pra beber a cachaça pra comer aquelas comida da tradição da cultura cabocla, pra falar que ele aquele linguajar bem caboclo "bão memo" é aquela quirera feita de milho a gente fala assim, fica assim bem à vontade para falar aquele linguajar bem antigo mesmo “os home e as muié” a música, tocar a gaita, violão aqueles versos aquelas prosas que a gente sempre conheceu desde antes mesmo (TERRA CABOCLA, 2015).

O sagrado e as tradições religiosas são também poderosos elementos de resistência. Os locais (igrejas, cemitérios, fontes de água, grutas), os eventos (Semana do Contestado, eventos da Pastoral Cabocla, missas e festas) e as práticas religiosas e culturais emergem como “fontes de produção e transmissão de significados, influenciando o engajamento e a participação pela capacidade [...] de suscitar questionamentos à estrutura social e de atingir, de forma significativa, seus interlocutores” (CASARA, 2021, p.199). Suas formas de profissão religiosa não institucionalizada, que na época do conflito foram estigmatizadas levando estes a

serem intitulados de “fanáticos”, são assim ressignificadas enquanto formas de reconhecimento e resistência de seus meios de existência. O monge João Maria, é chamado de santo, e levado para dentro das igrejas e das orações, embora não seja reconhecido pela Igreja Católica.

Desta forma, a resistência passaria tanto pela procura de manter e resgatar costumes, modos de vida, principal patrimônio caboclo, quanto, segundo Sandro Bazzanella (2022), pela ética do testemunho, para que a barbárie do Contestado não se repita. Para o filósofo, “testemunhar significa fazer uso da linguagem procurando entre as palavras aquelas que se apresentam de forma suficientemente verdadeira”, de forma a “levar o testemunho daqueles de quem a violência soberana retirou a vida, o modo de vida, a possibilidade de falar, ao conhecimento das gerações presentes e futuras” (BAZZANELLA, 2022, p.287).

Com discussões sobre a memória do contestado ressurgindo a partir do final do século XX, com a abertura democrática, a organização da sociedade civil em movimentos rurais e na luta pela reforma agrária, a causa das populações caboclas tem se fortalecido. São criadas associações de caboclos, como a Associação dos Caboclos de Lebon Régis, estudada por João Casara em sua dissertação de mestrado (2021). Os caboclos também se organizam em assentamentos rurais, geralmente vinculados ao Movimento dos Sem Terra, e disputam judicialmente propriedades de terra.

Estas são algumas das estratégias de resistência, de reivindicação e de reconhecimento de sua existência, de sua cultura e do histórico de violências institucionais vivenciadas por estas populações. A demanda pelo reconhecimento público e político do conflito e seus legados, ou ainda do Contestado enquanto movimento social, enquanto causa legítima de povos tradicionais subalternizados, que clamam por justiça social e políticas públicas, se faz essencial. Como sustenta Michel Foucault, a contra-memória e a inversão destes legados é possível:

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis [...] (FOUCAULT, 1995, p. 248).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo nascida na região do Contestado, e possuindo como antepassados tanto caboclos sobreviventes do Contestado, quanto imigrantes poloneses, portugueses e italianos, a guerra do Contestado, sua memória e herança é algo que tanto me interessa quanto indigna desde a adolescência. Da minha herança cabocla, vieram as histórias, causos e as memórias de perseguição e preconceitos que ainda hoje se fazem presentes. O racismo e a alocação dos povos não brancos em condição de inferioridade, periculosidade social e criminalização continua sendo hoje, como era a mais de cem anos atrás no período do conflito, um dos mais graves problemas sociais existentes em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil como um todo.

Como vimos neste artigo, no caso dos povos que habitavam o Sul do Brasil no início do século XX, a construção da periculosidade social deu-se segundo um racismo estatal particularmente violento. Para os caboclos posseiros, divididos entre aqueles que aderiram às mudanças, tornando-se trabalhadores contratados e/ou jagunços, e aqueles que se insurgiram não aceitando sair de suas terras e aceitar a nova ordem social; a solução encontrada, para estes últimos, foi fazer morrer, de muitas formas. Já aos imigrantes europeus, a condição de periculosidade foi atribuída de forma menos drástica, através da norma de disciplina e regulamentação, visando uma assimilação cultural forçada, principalmente quanto à língua e religião.

Procurei aqui evidenciar como na conjuntura histórica geradora do conflito do Contestado, o biopoder se exerceu através do racismo, onde o Estado e as instituições

do poder se exerceram sobre os corpos indóceis dos insurgentes. Conforme examinado por Michel Foucault (1988, p. 132), o biopoder “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de populações aos processos econômicos”. O Biopoder se exerce assim através de mecanismos naturalizados de defesa da espécie, de gerir a vida, de controle e vigilância. Com tecnologias que fragmentam a população entre os que se pretende fazer viver, e aqueles que o racismo estatal permite morrer, ou mais diretamente, assassina. As formas de racismo estatal tornaram-se sofisticadas, onde a defesa da espécie permite situações de extermínio dos corpos indóceis, indesejados e perigosos, através de genocídios e das muitas formas de deixar morrer.

No contexto histórico e político da Guerra do Contestado, o racismo proveu a justificativa para a aniquilação das populações caboclas, tidas como degeneradas, criminosas, inferiores e perigosas, em contraposição aos imigrantes brancos, tidos como “progressistas, ordeiros, construtores de um futuro promissor e propagadores da civilização” (VALENTINI; RADIN, 2012, p.42). O massacre torna-se justificado, porque estas populações resistiram, quando nem deveriam existir.

Apreendeu-se que sem o biopoder, a memória do Contestado teria retratado o conflito como o que realmente foi: uma guerra de pobres contra ricos, de uma população tradicional (caboclos) contra o poder estatal (exército), oligárquico (coronéis) e o capital (empresa *Lumber*). Uma tentativa de extermínio de populações e de suas formas de existir que iam de encontro aos interesses capitalistas e de desenvolvimento: formavam comunidades autônomas, com comunhão de bens, com profissão de uma fé não institucionalizada, contestavam a nova ordem social imposta à região, e lutaram em defesa de sua organização social (RODRIGUES, 2013). No Contestado como em todos os locais e tempos do mundo, ter um projeto novo de sociedade é algo perigoso.

O biopoder permitiu que uma das maiores guerras civis brasileiras fosse assimilada pela historiografia enquanto algo banal, menor, comum e justificado, enquanto um conflito pela disputa de fronteiras de estado, através de um pacto de silenciamento histórico sobre a tentativa de genocídio dos povos habitantes do Contestado. “Portanto, a negação da identidade cabocla pela história dos vencedores nas realidades do Contestado foi criada de forma hierárquica a fim de manter o próprio sistema excludente” (JACOBSEN, 2019, p.103).

Esta tentativa de aniquilação de uma população que criou sua forma de auto-organização coletiva não ocorreu sem resistências. Diante de um Estado ausente racista e persecutório, a população cabocla se insurgiu e mostrou “seu potencial de revolta contra o modelo político instaurado no país, as promessas não cumpridas do regime republicano, a ausência de políticas públicas para a população rural pobre e o desmando dos coronéis” (RODRIGUES, 2013, p. 45).

Embora os poderes instituídos tenham vencido a guerra e as populações caboclas tenham sido dizimadas, os sobreviventes buscaram maneiras de sobreviver enquanto indivíduos e cultura. No século XX, aderiram ao silêncio sobre o conflito e as injustiças que continuavam presentes. Com a redemocratização e o fortalecimento dos movimentos rurais, a questão do Contestado foi reavivada, e iniciou-se com maior ênfase um processo de contra-memória (FOUCAULT, 1977), na procura por ruptura com o processo de invisibilização e preconceito com o caboclo e sua cultura (GROSS, 2021). Dentre as estratégias que tem sido adotadas, as principais resumem-se no autorreconhecimento de sua identidade cabocla, na manutenção e publicização de práticas culturais e religiosas, na realização de estudos e negociação com elites locais, e na organização em movimentos sociais e associações, espaços de manutenção de sua cultura e luta por sua resistência e posse da terra.

Mesmo tendo se passado mais de uma centena de anos desde a Guerra do Contestado, seus desdobramentos históricos ainda se fazem sentir na região, que possui o pior IDH de Santa Catarina, onde as elites locais têm domínio da política e

das propriedades, e os caboclos vivenciam o enfrentamento diário aos preconceitos, à criminalização e à pobreza. Ainda hoje, a cor daqueles a quem se faz viver e a quem se deixa morrer permanece inalterada. E a condição a priori de periculosidade social e estes povos racializados, impera. A Guerra do Contestado foi um marco da resistência aos poderes racistas, opressores e assassinos. Em que pese as instituições estatais continuarem discriminatórias, dado que o racismo é essencial ao biopoder, através de estratégias de luta e disputas de poder, uma inversão é possível.

Há ainda muito a ser feito para que este cenário de injustiças e discriminação racial no Sul do Brasil seja invertido. Mas as populações caboclas continuarão a ser sujeitos de sua história, símbolos de resistência e força, e a bandeira do Contestado seguirá hasteada.

REFERÊNCIAS

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. **Genealogia do conceito de periculosidade Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-52, mar./ago. 2011. Disponível em: https://app.uff.br/observatorio/uploads/GENEALOGIA_DO_CONCEITO_DE_PERICULOSIDADE.pdf

BAZZANELLA, Sandro Luiz. Ética do testemunho: para que a barbárie da guerra do Contestado não se repita. In: ESPIG, Márcia Janete et. al. **O Lugar do Contestado na História do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2022

BAZZANELLA, Sandro Luiz ; MARCHESAN, Jairo. ; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Território do Contestado: aspectos históricos do processo de marginalização. **Revista Húmus**, v. 10, p. 109-128, 2020.

BELTRÃO, Tatiana. Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. **Agência Senado**. 01 jul. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado_ Acesso em: 20 out. 2023.

CASARA, João Claudio. **Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado: identidades e repertórios 100 anos depois da guerra**. 2021. Dissertação (mestrado) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

CASADEI, Eliza Bachega. As fotografias históricas como dispositivos disciplinares: o poder sobre a fala do outro em um contexto escolar. **Rev. Inter Ação**, v. 40, n. 1, p. 67-83, 2015.

D’PONTA. **Os 109 anos do Contestado**: uma guerra esquecida: galeria de fotos. 22 out. 2021. Disponível em: <https://dpontanews.com.br/wp-content/uploads/2021/10/guerra-do-contestado-5.jpg>

ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da ‘anormalidade’: psiquiatria e controle social. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 547- 563, Feb. 1999.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In.: **Olhos d’Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado - RS. **RIBANCEIRA**, v. 08, p. 122-133, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado redes no geográfico**. Florianópolis: Insular, 2017.

FRAGA, Nilson, LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da guerra do contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12. 2015. **Anais [...]**. 2015

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **El poder psiquiátrico**. Curso del Collège de France (1973-1974). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Language, counter-memory, practice**: Selected Essays and Interviews. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Los Anormales**. Curso del Collège de France de 1974/1975. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GROSS, Cristina. A invisibilização do povo caboclo de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA GUERRA DO CONTESTADO. 2021. **Anais do Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses e Semana de Geografia da UEL**, v. 2, p. 272-296, 17 fev. 2021.

GONZALEZ, Anahí Patricia. La construcción de la “peligrosidad” del migrante: un análisis sobre las representaciones sociales de miembros del sistema judicial en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 19, n. 2, p. 63- 95, 2017.

JACOBSEN, Andreza da Silva. Do estereótipo racial no movimento do Contestado: uma discussão sobre o povo caboclo. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 3, n. 1, p. 91–104, 2019.

JUNG, K. et al. O Novo Vale dos Imigrantes. **Congresso Internacional de Turismo Rural e Ruralidades – CITRR; Congresso Brasileiro de Turismo Rural – CBT; Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado – CBGC; Semana de Geografia da UEL**, v. 1, n. 1, p. 67-81, 29 nov. 2021.

LIMA, Soeli Regina, TONON, Eloy. O movimento do Contestado na hermenêutica fotográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Associação Nacional de História, 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2007.

MITJAVILA, Myriam. Medicalização, risco e controle social. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-137, June 2015.

MITJAVILA, Myriam; MATHES, Priscilla. Labirintos da medicalização do crime. **Saude soc.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 847-856, Dec. 2016.

MORA GASPAR, Victor. Rastros biopolíticos del franquismo. La homosexualidad como “peligrosidad social” según las sesiones de la Comisión de Justicia española en 1970. **Revista Historia Autónoma**, n. 14, p. 173–193, 2019.

MOMBACH, Clarissa. O Governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**. Dossiê n. 10, set. 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

O'MALLEY, Pat. Neoliberalism and Risk in Criminology. **Legal Studies Research Paper** n . 09/83 Sept 2009.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidémica de Canudos Antonio Conselheiro e os jagunços. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 3, n. 2, p. 145- 157, Jun 2000.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **Hist. cienc. saúde**-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 15, n. 4, Dec. 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Um espectro ronda os sertões: contestado e canudos e o trem da história. História e Culturas. **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE**, v.1, n. 2. jul-dez.2013.

ROSE, Nikolas.; RABINOW, Paul. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. 27-57, 2006.

SANTOS, Bárbara Helena de Oliveira. O Biopoder como garantia do Racismo de Estado. **Revista ConTextura**, v. 12, n. 16, p. 14-22, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. "As imagens não são produtos, mas produzem também o seu contexto", diz Lilia Schwarcz. **Canal Roda Viva**, set. 2020.

https://www.youtube.com/watch?v=zHRnB7aVWjU&ab_channel=RodaViva

SCHWARCZ, Lilia. Sobre as imagens: entre a convenção e ordem. In: GOMES, F. e SCHWARCZ, L. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TERRA CABOCLA. Direção: Marcia Paraiso e Ralf Tambke. Produção de Marcia Paraiso. Brasil, Plural Filmes, 82 minutos, 2015.

TOMPOROSKI, Alexandre, Assis. A. Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 27–56, 2016. DOI: 10.14295/rbhcs.v7i14.277.

TONON, Eloy.; LIMA, Soeli Regina. Contestado e o impacto na modernidade: da hermenêutica fotográfica. In: VALENTINI, D. J.; ROSA, R. (Org.). **Contestado: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)**. 1. ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. p. 191-204.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 19, n. 28, p. 127-150, 2012.

VOMERO, Fabricio. **Enfermos, anormales y peligrosos: anarquismo y psiquiatria en el Uruguay**. Un análisis de los estudios psiquiátricos realizados a los anarquistas que protagonizaron el asalto al Cambio Messina y a la Panadería La Estrella del Norte (1927-1958). Montevideo, 2021.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval; BOARINI, Maria Lúcia. A seleção dos imigrantes e a liga brasileira de hygiene mental (1914-1945). **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 520-527, dez. 2008.

WITTE, Gerson; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Fotografia no contestado: nova interpretação da rendição da família cabocla. **Cadernos do CEOM: História e Imprensa**, v. 30, n. 47 (Dez/2017)

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Las "clases peligrosas": el fracaso de un discurso policial prepositivista. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 141-168, jan. 2005.